

INTRODUÇÃO

Este texto é uma nova tentativa de reflexão teórica sobre o método pedagógico utilizado pelo Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC – que, por sua vez, pertence ao ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.

O Instituto é uma Escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com vários cursos e seus educandos são por ele selecionados. Também está aberta a educandos de organizações aliadas e a articulação Via Campesina.

O método pedagógico do Instituto não é fechado, dogmatizado por o acharmos absolutamente correto ou pronto, pois está em contínua gestação através do questionamento e da contribuição dos educadores e educandos que dele participam.

O que o determina [o processo educativo] são os sujeitos envolvidos e o objetivo desta escola: “a formação política do cidadão para a construção do socialismo”. Apostamos na “construção de uma sociedade socialista através de uma ciência dialética (com objetivos práticos / um objetivo político determinado) chamada pedagogia, construída como parte integrante de um coletivo de produção social”.

Espero que este texto seja mais do que um emaranhado de termos técnicos destinados apenas a iniciados. O risco é, pela abstração, o método ser visto como uma “máquina” dissociada do processo educativo em andamento que é composto de pessoas, de vida, que é muito mais do que um monte de células organizadas, morrendo e se reproduzindo.

PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS

Princípios Filosóficos: Os princípios filosóficos dizem respeito nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. São os fundamentos dos objetivos estratégicos do trabalho educativo.

- 1) Educação para a transformação social.
- 2) Educação para o trabalho e a cooperação.
- 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana.
- 4) Educação com / para valores humanistas e socialistas.
- 5) Educação como um processo permanente de formação e transformação humana.

Princípios Pedagógicos: Os princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando atenção de que pode haver práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos. Ou seja, é diferente a prática pedagógica que acontece numa escola infantil de assentamento da que acontece num curso de segundo grau como Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), por exemplo. Mas os princípios filosóficos e pedagógicos são (devem ser) os mesmos.

- 1) Relação entre prática e teoria.
- 2) Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação.
- 3) A realidade como base da produção do conhecimento.
- 4) Conteúdos formativos socialmente úteis.
- 5) Educação para o trabalho e pelo trabalho.
- 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos.
- 7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos.
- 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura.
- 9) Gestão democrática.
- 10) Auto-organização dos estudantes e das estudantes.
- 11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores e das educadoras.
- 12) Atitude e habilidades de pesquisa.
- 13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

MÉTODO PEDAGÓGICO

I – Algumas observações preliminares

Como o método está em permanente construção, a experiência nos leva a alertar para evitar o equívoco de achar que fazendo alterações pontuais, a partir de análises superficiais ou de constatações periféricas, pode qualificar o método: pode-se resolver um aspecto e cria, ao mesmo tempo, problemas maiores. Cada alteração precisa ser antecipada teoricamente e analisada em todas as suas possíveis implicações.

Mas, este texto não concretiza o método, isto é, não diz que isto deve ser feito assim e aquilo deve ser feito de outro jeito, com os devidos passos, senão deixa de ser “caminho” e passa a ser “receita”.

II – Relembrando as matrizes pedagógicas que assumimos

Este método pedagógico é baseado no movimento da realidade, dentro e fora do Instituto, e na articulação dialética das seguintes “matrizes” de formação humana:

a) Educação Popular (Freire) – Entendida como Educação do Popular ou Pedagogia do Oprimido, que se reconhece como tal e assume um compromisso de classe e compromete todo o nosso trabalho com uma metodologia (prática → teoria → prática) que seja capaz de tornar os membros das classes populares sujeitos plenos da construção de um Projeto Popular de sociedade.

b) Formação Político Ideológica (Makarenko / Plekhanov / Marx) – Compreendida como a formação política do trabalhador cidadão e trabalhadora cidadã para o socialismo, a partir de uma concepção de história e do papel dos trabalhadores nesta história como contribuidor na transformação da sociedade.

c) Trabalho / Economia (Pistrak / Makarenko / Marx) – Compreende o trabalho como a atividade específica do ser humano, orientada para a transformação da natureza, auxiliado por instrumentos de trabalho, para que assim possa satisfazer as suas necessidades, mas, que ao transformar a natureza, transforma a si mesmo, a sua atitude frente à natureza, frente aos outros seres humanos e frente a si mesmo, mudam suas idéias, seus ideais e sua possibilidade de conhecer e transformar a realidade. Pelo trabalho nos produzimos como sujeitos sociais e culturais (nos inserimos em uma cultura fazendo). As formas como produzimos nos produzem: o como trabalhamos nos forma ou deforma.

O trabalho para ser educativo exige reflexão sobre o que se faz, o como se faz, o porque se faz assim ou porque se organiza o trabalho assim e não de outro modo. Para que esta reflexão possa acontecer é necessário que haja um tempo / espaço para isto.

Faz parte desta matriz a compreensão de que a economia é mais um pedagogo neste processo educativo.

d) Coletividade (Makarenko) – Aposta na coletividade, por causa de suas condições múltiplas de interação, possibilidades de inter-relações e como espaço educativo privilegiado do ser humano que vive em uma sociedade marcada pelo individualismo. Sozinhos nós não aprendemos a ser gente: não nos humanizamos.

e) Capacitação (Santos de Moraes) – Intui diferentes métodos de formação e aposta na necessidade do exercício prático (aprender fazendo), com base no primado do objeto (numa situação que requeira este aprendizado), como alavanca para a construção das competências que precisamos aprender para intervir com pertinência na realidade (saber-fazer).

f) Pedagogia do Movimento (Caldart) – Implica na compreensão: do Movimento Social Popular (MSP) como lugar de formação de sujeitos sociais, pois nele acontecem processos de formação humana, e como princípio educativo; de que sujeitos sociais se formam e aprendem na dinâmica da luta social organizada e de que ela é a base material deste processo educativo (na ação ele transforma e se transforma); de que a luta social que forma os sujeitos é aquela que se produz e reproduz como práxis revolucionária da sociedade e da vida das pessoas (quanto mais estranhamento no movimento da história, mais forma sujeitos sociais); de que o MSP se dá dentro de um processo histórico maior que têm as suas leis próprias; e que a escola (IEJC) entendida como lugar de formar sujeitos humanos pode ter o MSP e o movimento da história como princípios educativos.

III – Elementos do método

Entendemos aqui por método pedagógico o jeito de colocar em movimento a formação humana desde as condições objetivas que encontramos em cada momento, curso, turma ou grupo de educandos, e as definições pedagógicas que estão neste projeto.

O método pedagógico não tem uma definição ou receita prévia à prática. Construir o método de educar é a própria prática dos educadores e dos educandos envolvidos no processo. Mas, pela leitura das práticas que já desenvolvemos ou acompanhamos, é possível identificar alguns elementos ou aspectos básicos desta construção.

1.3 - Trabalho

Entre os nossos princípios filosóficos temos a “educação para o trabalho e a cooperação” e entre os princípios pedagógicos “a educação para o trabalho e pelo trabalho” e o “vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos” e, ao mesmo tempo, uma das pedagogias em movimento: “pedagogia do trabalho e da produção”.

Nossa concepção de trabalho é de que ele é a atividade específica do ser humano concreto (seu esforço físico e mental) orientada para transformar a natureza para que satisfaça as suas necessidades. O trabalho é o meio de suprir necessidades que só é possível alcançar com a ajuda dos instrumentos de trabalho e através de esforços coletivos. Para Marx “o trabalho em primeiro lugar, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza e controla mediante sua própria ação seu intercambio de materiais com a natureza”. E mais, o trabalho é a possibilidade de aperfeiçoamento do ser humano que se forma a partir da suas relações com o conjunto da natureza.

O Instituto precisa ter um estreito vínculo com o **trabalho socialmente útil**. “Todos trabalhando”, executando o processo decidido / planejado, é a nossa regra. Cada um deve ter um tempo, que pode variar (uns estão no TE, outros estão fazendo aqui o TC, outros vieram para cumprir uma tarefa específica, ...), e um lugar ou posto de trabalho que fazem parte do processo educativo nele desenvolvido.

No Instituto deve **existir trabalho para todos**. A existência do trabalho exige de quem dele participa um esforço físico e mental em vista da transformação e do cuidado do meio em que vive (todos vivemos) e, ao transformá-lo, nos transformamos a nós mesmos: nos humanizamos. Ao mesmo tempo, através do trabalho cultivamos a nossa raiz (somos trabalhadores e nos orgulhamos disso) e, ao mesmo tempo, alimentamos a nossa identidade como integrantes da classe trabalhadora (somos forjadores de uma sociedade socialista). Vemos o trabalho como um valor e por isto precisamos ter gosto pelo trabalho, apesar dele estar atualmente sendo corrompido por causa da exploração do capital. Mas não basta trabalharmos de qualquer jeito. É importante o **jeito de trabalhar**. Visamos passar do espontaneísmo individual para a planificação coletiva do trabalho em vista de uma tentativa de superação do individualismo, o que exige uma análise do processo produtivo que está sendo utilizado e o desafio de o torná-lo o mais socialmente dividido possível neste momento do processo. O horizonte é o processo produtivo socialmente dividido (PPSD).

O trabalho para ser útil exige resultados que precisam ser avaliados coletivamente e que são frutos de uma ação coordenada.

“Um dos nossos desafios é superar a discriminação entre o trabalho mecânico (manual) e intelectual, educando para ambos no mesmo processo produtivo.”

O trabalho não acompanhado da capacitação, da instrução e da educação política e social não proporciona proveito educativo. Mesmo sendo um educador natural, o trabalho sem reflexão é insuficiente. É neste processo conjunto que o trabalho se torna educativo.

Nem sempre vemos o trabalho como um “dever social” e o pedagogo do ser humano. Acreditamos que o trabalho precisa ser diminuído e, se possível, aumentando os ganhos. A formação ideológica deve estar vinculada ao trabalho e este deve trazer melhorias para a vida social. É impossível construir uma sociedade nova sem trabalho. Ele deve produzir alimentos, embelezar a moradia, cuidar do meio ambiente, aperfeiçoar os conhecimentos e superar as limitações. Produzir é trabalhar. Planejar, estudar para dar respostas aos problemas também o é.

Faz-se necessário um tempo / espaço para refletirmos sobre o trabalho: o como trabalhamos; o porque organizamos o trabalho deste jeito e não de outro; e assim por diante. Mas, isto não necessariamente quer dizer que devemos criar um outro tempo educativo para isto, mas que devemos fazer esta reflexão, em momentos adequados ou criados para isto, nos tempos já existentes.

1.4 - Gestão democrática

A “Gestão democrática” é um dos princípios pedagógicos do MST. “Todos gerindo”, no comando do processo, é uma outra regra nossa. Isto exige que todos, educadores e educandos, devidamente organizados, participem da gestão do todo o processo educativo, inclusive da convivência cotidiana. Não basta refletir e debater sobre a gestão: é necessário vivenciar espaços de participação democrática, educando-se para a democracia social (que não é sinônimo da democracia do estado burguês e da via eleitoral).

Pela gestão democrática queremos superar as práticas de caciquismo e de presidencialismo (quando um decide por todos), por um lado, e de assembleísmo por outro (todos se reúnem o tempo todo para tomarem as decisões em conjunto).

A democracia social exige:

- a) A decisão coletiva das iniciativas a partir dos princípios organizativos e da estratégia política do MST.
- b) A direção coletiva de cada processo pedagógico, mas com responsabilidade pessoal.
- c) A participação de todos os envolvidos no processo de gestão, passando de beneficiários para protagonistas.
- d) Um alto nível de informação (quantidade) e um claro processo de comunicação (qualidade) que envolva a todos os participantes.
- e) A superação da mania das pessoas acharem que o importante é ter a sensação delas estarem na gerência do negócio (apenas participar), ainda que o negócio não melhore em nada. A participação precisa ser qualificada.

O desafio é garantir a “radicalização da gestão” através da participação real dos educandos (por escolha de representantes e através da autogestão) em todas as fases do processo (da análise, decisão, planejamento, execução, avaliação) e em todas as instâncias de gestão.

O Instituto se rege pela **co-gestão** entre educadores e educandos, salvaguardando os papéis de cada um, e pela **autogestão** da coletividade que sofre a influência orçamentária do ITERRA e política do MST, bem como da influência econômica e ideológica da sociedade onde ele está inserido.

É bom lembrar que a gestão democrática está baseada em acordos entre os participantes. Estes acordos são traduzidos em **normas** ou regras, expressas em um documento (um regimento interno, por exemplo). Elas são históricas, a saber: podem ser mudadas quando deixam de responder a necessidade do conjunto; e atingem a membros que passam a participar do processo após a sua definição e não se dão conta de que o documento é fruto de uma decisão coletiva.

Assumimos os **Princípios Organizativos** do MST, em seu amadurecimento. Eles vão evoluindo em seu conteúdo e forma, pois eles são aplicados sobre circunstâncias históricas.

- a) Organizar os trabalhadores na base;
- b) Ter uma Direção Coletiva em vez de um “presidente”. Isto implica na construção de uma visão comum do processo, uma decisão pela maioria, e a distribuição das tarefas e funções entre os membros de direção. Isto, atualmente, exige envolver a base organizada na tomada das decisões e distribuir as tarefas para o conjunto dos participantes.

c) Vinculação com a massa ;

d) Centralismo Democrático que passa pelo entendimento de que deve acontecer a máxima democracia no processo de leitura, discussão e na tomada das decisões, bem como nas avaliações da caminhada. E pela compreensão de que, após a decisão tomada pelas instâncias da organização, todos devem se subordinar¹ a ela, inclusive os que tinham outra proposta, fazendo o humanamente possível para a sua melhor execução.

2.3 – Organicidade

Entendemos por organicidade a relação entre cada uma das partes de um todo, como se fosse um corpo vivo, entre si e com o todo. Ninguém pode perder a noção do conjunto e isto só é possível se sabe como funciona e a finalidade de cada uma das partes do todo e qual o seu papel em vista da realização dos objetivos estratégicos da organização. Embora as tarefas sejam diferentes, as partes têm a mesma importância.

Olhar para a organicidade é pensar nas relações entre os espaços / instâncias, em vista do bom funcionamento do conjunto.

Cuidar da organicidade é manter a estrutura em movimento, evitando possíveis “trombozes”. É zelar pela funcionalidade, no cotidiano do processo. Se uma parte vai mal, o conjunto sofre.

Ela depende da participação de todos os envolvidos no processo educativo, levando em conta a intencionalidade pedagógica planejada e assumida pela coletividade, como “militantes” em formação para enfrentar os desafios que as circunstâncias apresentam em cada momento do processo.

2.5 - Coletividade

Não defendemos a centralidade do processo educativo no indivíduo, pois isto contribui para o crescimento do individualismo. Nem defendemos o “coletivismo” como algo que suprime a subjetividade dos participantes. Propomos a educação das pessoas (educandos e educadores) através da sua inserção em um coletivo, ou melhor, em uma coletividade. Ela é o instrumento de contato com a personalidade.

A coletividade, segundo Makarenko, “é um grupo de trabalhadores livres, unidos por objetivos e ações comuns, organizados e dotados de órgãos de direção, de disciplina e responsabilidade. A coletividade é um organismo social em uma sociedade humana saudável.” Em outro momento ele diz que “a coletividade é um organismo social vivo e, por isso mesmo, possui órgãos, (sistema de) atribuições, (sistema de) responsabilidades, correlações e interdependência entre as partes. Se tudo isso não existe, não há um coletivo, há uma simples multidão, uma concentração de indivíduos.” Ela não se reúne de maneira casual, mas com objetivos definidos e uma atividade conjunta para realizar estes objetivos, com responsabilidade mútua.

Portanto, **para ser uma coletividade** devemos levar em conta:

- a) Haver uma opção dos participantes (formada por trabalhadores livres): não pode ser constituída por decreto.
- b) Ter objetivos comuns, que é o do Instituto, dado pela Mantenedora.
- c) Ter “ações comuns” em vista da sobrevivência econômica e política.
- d) Buscar uma “movimentação comum” (que não quer dizer todos fazendo juntos a mesma coisa) através de: órgãos, atribuições, correlação, interligação das responsabilidades e interdependência entre as partes.
- e) Ter direção (rumo comum), disciplina consciente (por sentir-se parte e dependente de um todo) e responsabilidade (comprometimento mútuo).
- f) Fazer prevalecer os interesses sociais (projeto de sociedade) aos interesses individuais (projeto de vida), quando for impossível adequar ambos.
- g) Que apenas a soma mecânica dos indivíduos não é uma coletividade, Nem estar em um grupo para fazer uma determinada tarefa (uma reunião, por exemplo). Coletividade é um complexo único, na busca da solidariedade de classe.

O desenvolvimento de uma coletividade (de base) segue algumas etapas, a saber:

- a) A coletividade começa com a organização de uma atividade concreta, levando em conta as experiências anteriores, que une os integrantes do mesmo porque precisam realizar em conjunto. Nesta fase eles precisam de um acompanhamento maior.
- b) A segunda etapa é quando os membros da coletividade começam a propor atividades e a ajudar no crescimento dos seus integrantes.
- c) A terceira etapa é o período de florescimento da coletividade, isto é, quando eles propõem atividades em vista da coletividade maior, vivem relações humanas e cumprem em conjunto, de forma organizada, as tarefas a eles destinadas. Makarenko nos chama a atenção de que “a mais alta missão da coletividade, o princípio básico de sua vida, é a preocupação com o indivíduo (a pessoa).” Para isto “organizou a vida na colônia mediante um sistema de interligação coletiva das responsabilidades, de forma que os próprios educandos sentiam-se parte fundamental do todo”.

Assumimos a coletividade como educadora da personalidade coletiva. Queremos produzir um movimento de reprodução do ser humano ou de humanização, pois nos formamos na luta incessante pela nossa própria humanização. O objetivo é educar seres humanos: os comandantes da nova sociedade. O processo de humanização implica na formação do

¹ Subordinar (subordinação) está relacionado a princípios que assumo como meus (passam a fazer parte do meu projeto de vida). É distinto de se submeter (submissão) que está relacionado a pessoas, a saber, quando alguém passa a “mandar” em mim.

saber (conhecimentos), do fazer (habilidades ou competências) e do ser (valores e hábitos que se expressão em comportamentos e posturas).

Eis os **princípios de funcionamento** de uma coletividade:

- a) Subordinação entre iguais: Saber obedecer e saber “mandar”, isto é, saber o momento e o como se subordinar ao camarada e saber o momento e como comandar o camarada.
- b) Cada órgão da coletividade deve ter um poder determinado e não pode se tornar burocrático, nem autoritário e nem demagógico.
- c) Respeitar as decisões das instâncias: Se achar errado uma decisão, apelar para a instância certa.
- d) Fazer cumprir cada acordo firmado: Garantir que cada combinação seja cumprida, sem demora de nenhum tipo.
- e) Educandos e Educadores nunca se sobrepor às instâncias (órgãos) da coletividade e nem resolver o que é de incumbência deles, nem mesmo quando a decisão seja mais justa ou mais razoável.
- f) Procurar, nas intervenções, falar o mais preciso e breve possível (se educar para isto) dificultando assim os oportunistas.

A **base** de uma coletividade (ou organização) está em garantir a:

- a) **Unidade** - Buscar a coesão de todos em torno dos princípios e da estratégia. Isto necessita saber utilizar o método da construção do consenso.

Não quer dizer que todos devem pensar iguais, nem interpretar os acontecimentos do mesmo jeito. Mas da necessidade da leitura e decisão coletiva (diálogo) e da implementação unitária das decisões, isto é, do *centralismo democrático*.

A unidade a ser conquistada é a da ação comum (na prática).

- b) **Disciplina** - Não a disciplina da inibição, cheia de regras e proibições, mas a disciplina que induz a vencer as dificuldades, da aspiração a algo, da luta por algo. A disciplina da luta. A disciplina consciente.

Para educar é necessário “exigir muito” dos educandos e dos educadores. Isto só é possível através de uma forte disciplina e de atividades que exigem esforço. Cada indivíduo não pode fazer o que ele quer, mas o que a coletividade permite. Cada um precisa trabalhar para responder as demandas coletivas.

O educador não deve abrir mão às resistências à vida coletiva e ao trabalho. Quem não trabalha não come. Atividade livre e voluntária para se organizar, mas subordinada ao princípio da necessidade. Na coletividade os projetos pessoais estão subordinados a coletividade (não posso devorar o outro e nem ser oportunista).

- c) **Participação** - Todos devem se envolver em todas as fases do processo, mas de forma organizada. Exige a superação: do basismo, que impede de haver propostas, do assembleísmo (que acha que todos precisam se reunir para decidir tudo); e do democratismo (que acha que tudo precisa ser decidido pelo voto).

3 - Ambiente Educativo

De nada adianta planejarmos um novo currículo e uma nova estrutura de funcionamento para a escola se depois não há quem coloque tudo isso em movimento; daí os tempos viram rituais, as instâncias se burocratizam, e as práticas ficam vazias; logo as pessoas passam a agir no dia a dia de acordo com as referências antigas e a existência social não é, de fato, alterada.

Criar o ambiente educativo é mais do que enfeitar o ambiente físico e as pessoas da escola; também é mais do que buscar interferir pedagogicamente nas situações e nas relações que vão ocorrendo a cada dia; é isso também, mas é mais do que isso. É principalmente ser capaz de se antecipar e provocar relações e situações de aprendizado; influir e tornar cada tempo o mais educativo possível, refletindo e recriando seus conteúdos e didáticas; construir circunstâncias objetivas que alterem a existência social de todas as pessoas envolvidas no processo pedagógico, e que criem novas necessidades de aprendizado e de posicionamento pessoal e coletivo, sempre em vista de fazer acontecer a formação humana pretendida e, em nosso caso, de pôr em movimento a pedagogia do Movimento.

Esta é a principal tarefa do coletivo de educadores: criar e dinamizar o ambiente educativo, colocando-se também como educandos do processo; saber fazer escolhas e tomar decisões coerentes principalmente com os valores defendidos em nosso projeto, a cada situação que ocorre na escola, em cada um dos tempos que constituem nosso dia; mas também saber provocar situações e construir práticas que permitam a vivência destes valores e a reflexão sobre eles.

Entendemos por ambiente educativo o que acontece na vida do Instituto, dentro e fora dele, desde que tenha uma intencionalidade pedagógica, ou seja, foi planejado para que permitisse uma nova interação educativa. Não é apenas o dito; mas o visto, o tocado, o experimentado, o realizado, o participado, o produzido.

O ambiente educativo é preparado intencionalmente, isto é, foi arquitetado o cenário e estão engatilhadas as situações desejadas de aprendizagem. É mais do que um mero ajustamento do espaço físico. Implica em permitir a possibilidade de escolhas, com aprofundamento de critérios. O que interessa é de que a situação de aprendizagem seja real. O ambiente não pode ser idealizado.

Trabalhar com ambiente educativo é superar o espontaneísmo, pois nem sempre as situações e experiências educam. É ousar dar intencionalidade pedagógica ao movimento de aprendizagem.

5.2 – Dialética **

Etimologicamente a palavra dialética vem do grego *dia*, que expressa a idéia de bipolaridade e de troca e *lektikós*, que significa apto à palavra, capaz de falar.

Desde à antiguidade já conceituava-se dialética. Porém somente nos fins do século XVIII é elaborado de modo mais sistemático o pensamento dialético, através de Hegel. Ele eleva à categoria do método e cria a fórmula de pensamento através da qual este se desenvolve partindo da tese, passando à antítese e chegando à síntese.

No final do século XIX, Marx e Engels perceberam que a dialética de Hegel era idealista, pois para eles leis que regem a natureza e história são impostas de cima como leis do pensamento em vez de serem deduzidas a partir da própria natureza e da história. Marx e Engels descobriram que as leis da dialética não derivam do movimento do pensamento ou das idéias e sim do movimento da realidade em sua totalidade material e espiritual, constituindo assim o que se denominou método dialético-materialista. Ele é um método materialista por ter como ponto de partida o mundo em sua materialidade ou concreticidade. Ele considera que o mundo não é uma criação de um espírito abstrato e anterior a ele. É dialético por considerar a realidade a partir do seu movimento contraditório, através do qual ela adquire diversas formas, perde essas formas e adquire outras, sucessivamente.

Finalmente, o método dialético passou a denominar-se método dialético-materialista-histórico, quando se percebeu que para Marx e Engels o mundo não pode ser compreendido como objeto ou coisa abstraído de suas relações com as atividades dos homens.

Assim, a posição do método-dialético-materialista-histórico não se confunde com a dos que tentam explicar o mundo de uma vez para sempre, procurando captar sua essência material ou espiritual abstrata ou fora de suas relações com as atividades dos homens e, portanto da história. Em outras palavras, esse método opõe-se a qualquer postura dogmática ou definitiva sobre a essência ou a natureza dos objetos ou fenômenos do mundo uma vez que eles estão em permanente transformação. Para ele, os homens conhecem o mundo a partir das suas atividades através das quais eles utilizam instrumentos materiais disponíveis num determinado tempo e lugar. Por isso, esse método concebe o conhecimento sempre em sua provisoriedade.

Marx e Engels não se ocupam de discussões metafísicas sobre a essência do mundo material em si mesmo ou do homem sem o homem e sem a história, como o fizeram e ainda o fazem muitos pensadores. O interesse de seus estudos se dirigiam ao mundo transformado pela atividade do homem, como parte da história e, portanto, regido por leis sócio-históricas, que se desenvolvem permanentemente. Isso quer dizer que não tem sentido falar de conhecimento do mundo à margem da atividade concreta dos homens, através da qual eles produzem sua vida material e espiritual. Todo saber que se tem da realidade resulta das atividades dos homens vivendo num determinado tempo e lugar e se utilizando dos instrumentos de conhecimento disponíveis até então. Em outras palavras, o conhecimento resulta sempre da atividade humana teórica e prática ou da práxis humana e está sempre limitado às condições sócio-históricas em que o mundo se encontram e aos instrumentos de conhecimento produzidos pela humanidade.

Daí se conclui que as teorias desenvolvidas pelos homens sobre a realidade têm uma natureza sócio-histórica e por isso não podem ser vistas como receitas infalíveis que guiam unilateralmente a prática dos homens, pois esta também determina mudanças naquela.

Marx e Engels consideram ainda que, no estudo da realidade deve-se ser radical, ou seja, ir às raízes do fenômeno ou objeto que se quer estudar e daí às relações com os outros fenômenos ou objetos que o rodeiam. O desenvolvimentos dos fenômenos ou objetos ocorrem a partir de suas contradições internas ou das forças contrárias que se acumulam em seu interior. O desenvolvimento dessas contradições acaba por destruir a forma atual da realidade determinando o aparecimento de uma nova forma que será, posteriormente, negada e assim sucessivamente.

Sintetizando, apresentamos abaixo os princípios da lógica dialética que deram origem ao presente estudo:

Princípio da unidade e luta dos contrários ou da contradição: esse princípio afirma que todo objeto ou fenômeno traz em sua essência ou em seu interior uma contradição que é a causa de seu movimento.

Princípio da transformação da quantidade em qualidade e vice versa: esse princípio exprime o fato de que os objetos ou fenômenos se desenvolvem ou se transformam através de rupturas. Variações quantitativas sucessivas chegam a um ponto de ruptura do processo onde surgem novas fases ou qualidade. Segundo essa lei o todo é mais do que as somas das partes.

Princípio da negação da negação ou dupla negação: esse princípio é uma expressão condensada do princípio hegeliano da tese, antítese e síntese. A negação da negação é a síntese resultante da antítese que, por sua vez, produzirá uma nova tese. Ela é o resultado do desenvolvimento das contradições, do movimento imanente que impele todo ser finito para além de si mesmo.

Princípio da totalidade ou da relação entre as partes: esse princípio afirma que todos os fenômenos ou objetos se desenvolvem como uma totalidade onde as partes se inter-relacionam. Por exemplo: a educação se desenvolve através do processo de ensino-aprendizagem-avaliação-prática, sendo que essas partes formam um todo.

5.4 - Fases do processo

As fases do processo são uma “chave de leitura” do movimento que assumimos do método do laboratório experimental. No IEJC, como na vida há vários processos em andamento, mas se vive todos e ao mesmo tempo. A leitura do processo seria mais fácil se tivesse apenas uma turma no Instituto.

As fases são as seguintes: anomia, síncrese, análise e síntese. Vejamos:

a) Anomia

Dá-se no momento inicial do processo (inicia na chegada e se desencadeia a partir da inserção ou re-inserção), a saber, quando os participantes percebem estar inseridos em conjunto em uma coletividade onde o destino de cada um está ligado ao dos demais.

Já de início, há a contradição entre o caráter objetivo (dado pela existência de uma coletividade que exige o manejo e gestão social) e a gestão individual que eles conhecem (marcada pelo subjetivismo e pela marca feita em nós pela propriedade privada) e que garante os interesses individualistas dos participantes. A partir deste momento se configura, na unidade de propósitos, que os mantém ali unidos por várias semanas, a luta de tendências contrárias que marcará todo o desenvolvimento do processo onde estão amalgamado (misturados como os metais de uma liga) os mais dispares (desiguais ou dessemelhantes) interesses pessoais ou de grupos.

É um momento de falta de ordem, de desconcerto, de confusão e de embaralhamento que acontece de forma marcante após o ato de abertura e se repetirá, de tempos em tempos, diante de um grande acontecimento novo. Ele pode durar apenas alguns minutos ou várias horas ou dias. Com o desenrolar do tempo, tende a diminuir cada vez mais a sua intensidade.

Nesta fase, quem participa do processo, vê tudo confuso (ou enuviado) e por isto tende a se aquietar (fica apenas observando o desenvolvimento) ou ficar no seu canto (procurando garantir minimamente seu interesse pessoal) ou se acomodar (como mecanismo para sobreviver), por causa do impacto causado por estar em uma existência diferente da sua. Uma alternativa é a fuga do processo.

b) Síncrise

O que caracteriza esta fase é que os participantes do processo passam a “ir contra”, acreditando que seus problemas estariam resolvidos se a existência fosse outra (a que eles dominavam anteriormente) e por isso passam a tentar domesticar o processo, garantindo nele os seus interesses individuais ou corporativos (grupais). Passam a ler a realidade de forma dualista / dividida (nós e eles) que contribui para mascarar (velar) as contradições entre os educandos e, a partir desta leitura reagir guiados pelo coração (mais emoção que análise racional da situação) e por uma visão de mundo contraditória (teológica ou idealista x materialista).

É uma “etapa de levantamento de problemas (dentro do todo processo)” como tentativa de “destacar certas categorias fundamentais de caráter teórico apanhadas da própria realidade do grupo e com um objetivo pedagógico”.

Acontece quando os participantes rompem com a anomia dando soluções para os seus problemas sem a devida análise para entender o que está acontecendo e sem buscar as categorias necessárias para entender a essência dos problemas. Usam o conhecimento dos sentidos ou o conhecimento fruto das experiências até então acumuladas sem uma sistematização ou reflexão devida (empíricos), ou melhor, não usam categorias teóricas que os leva a compreender o movimento da realidade (na verdade usam categorias teóricas de forma inconsciente). Estão mais interessados em se livrar dos problemas. Por isto a sua organização tende a refletir as estruturas ideológicas que estão no inconsciente dos participantes e, ao mesmo tempo, revelam a capacidade organizativa do grupo social envolvido.

No fundo cada um tenta influenciar a partir da sua experiência pessoal e de situações similares anteriores, muitas vezes agindo por conta própria, ou abandona a responsabilidade do processo nas mãos de quem ele escolheu para assumir a direção / coordenação do mesmo.

c) Análise

Nesta fase acontece a leitura da totalidade do processo, que revela as relações existentes. Esta percepção da realidade em movimento leva os participantes a somar forças (nós com eles) e a propor formas de superação das contradições e a apontar métodos de como intervir para dar um salto de qualidade no processo ou, pelo menos mantê-lo avançando.

Os participantes passam a conhecer as exigências do objeto (ou da coletividade com as suas demandas) e passam a trabalhar com os seus elementos objetivos. A vontade dos indivíduos passa a dar lugar ou a respeitar (acatar) a condições do objeto.

É o momento onde as pessoas envolvidas no processo já fazem uso de sua racionalidade (no início de forma ainda muito intuitiva), passam a analisar a realidade (situação atual do processo, em sua historicidade) a partir de categorias teóricas, planejam a ação da coletividade em vista da superação dos problemas constatados e, ao mesmo tempo, do avanço do processo, e, buscam controlar os desvios ideológicos das formas artesanais de trabalho presentes nos participantes que, se deixados de lado, passam a corroer a coletividade. Passam a analisar os seus desvios artesanais que atrapalham a análise e definição da situação (desvios subjetivistas) como a execução dos acordos e tarefas (desvios oportunistas). Passam a estimular os mecanismos de controle destes desvios, especialmente a “vigilância” e a “crítica”.

Passam a cobrar responsabilidade (atrasos, agendas mal feitas, metas de produção que deveriam ser alcançadas, ...) e a estimular o repasse de informações. Passam a identificar os desvios políticos de conduta e a ver formas de os superar.

Para contribuir com o desenvolvimento da atitude de crítica e de análise os educadores que acompanham o processo devem efetuar uma série de “entregas teóricas”, ao longo do processo, conforme a necessidade da coletividade.

Nesta fase os problemas levantados na fase anterior são compreendidos pelo grupo que já “possui todo um instrumental teórico, que terá que aplicar no desenvolvimento das atividades que o grupo se propôs a realizar”. Esta “atitude fundamental que o grupo terá que aceitar e assumir durante todo” o processo, “e que é uma atitude de análise frente a tudo o que está acontecendo, por meio de um elemento que deve ser descoberto e utilizado sistematicamente pelo grupo, ou seja, a crítica”.

d) Síntese

Nesta fase os participantes visam, além de analisar, controlar a situação e assim garantir a continuidade do processo. Chegou “o momento em que a quantidade se transmuda em qualidade”. “Nesta fase se evidencia o poder social conduzindo a coletividade”.

Corresponde ao momento em que a organização se ajusta as suas necessidades. Isto pode significar ajustar o processo de produção ou uma mudança em sua estrutura ou forma de funcionamento, ou uma mudança em seu corpo dirigente, ou ... até chegar no afinamento de procedimentos.

Neste momento surge um novo equilíbrio interno e, conseqüentemente, uma nova etapa de operação e funcionamento da organização, que revela o seu nível de avanço ou de maturidade. Isto só é possível quando o conhecimento é racional (prima pela busca da essência) e os participantes são mestres (não auto-suficientes) na condução do processo. Para eles analisar, planejar, distribuir e controlar o executado, passa a ser normalidade.

Provavelmente, em cada turma, acontecerá mais de uma síntese dentro de uma etapa e várias sínteses ao longo do processo da existência da turma. O mesmo vale para o Instituto como um todo: haverá mais um uma síntese ao longo dos meses (ou num único mês) e várias sínteses ao longo da existência desta instituição educativa.

É bom lembrar que a totalidade das fases é maior que a soma das fases e, ao mesmo tempo, todas as fases estão contidas em cada uma das fases. Estas fases acontecem no processo de cada pessoa, não estando necessariamente todos os participantes na mesma fase, e no todo do processo quando a maioria dos participantes da o salto qualitativo, arrastando os demais para a fase seguinte.

7.3 – Comportamentos

Comportamento é a maneira de proceder, de se exprimir através de determinados costumes ou práticas (ter estilo). Inclui o que denominamos de **postura**.

A construção do socialismo não é um ideal, mas um movimento real, desde já, que leva a transformação do estado atual e das pessoas que se inserem neste processo. Cada pessoa deve ser e sentir-se útil à causa da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, o processo do ensino no Instituto, inserido na produção social, é o que determina a personalidade do indivíduo. Para Makarenko, a prática pedagógica é a construção do coletivo, para a educação da personalidade no coletivo e, somente, através do coletivo. E continua, “apenas quando educamos o coletivo podemos contar com a forma de organização em que a personalidade individual possua, ao mesmo tempo, a maior disciplina e a mais ampla liberdade”.

7.6 – Valores

Trabalhar os valores é contribuir na passagem do individualismo para uma pessoa que tenha desenvolvido um espírito de coletividade e não apenas conviva em um coletivo.coletivista e que só é possível perceber na vivência destes valores no cotidiano. Trabalhar os valores é aprender a cultivar as convicções que são inegociáveis e se concretizam no cotidiano pela nossa coerência.

Entre os objetivos do MST está a vivência de valores humanistas e socialistas. Estes valores se contrapõem aos valores anti-humanos da sociedade capitalista, especialmente em sua versão neoliberal: individualismo, consumismo, egoísmo, ... Os valores humanos precisam ser cultivados e alimentados.

Para que um valor possa ser incorporado na vivência das pessoas ele precisa ser observado pelos educandos na convivência das educadoras. Por isto é importante o testemunho, isto é, o jeito de ser e de se relacionar da educadora também faz parte da sua prática pedagógica. Precisa ser vivenciado coletivamente e aí compreendido. Valores não são meros conteúdos teóricos. São vivências que precisam ser amadurecidas e corrigidas em suas imperfeições, através do exercício da crítica e da autocrítica.

De um modo especial precisamos aprender a estabelecer e a seguir as combinações de vivência coletiva e a prática de valores, entre eles:

- a) a solidariedade para combater o egoísmo estimulado pelo capitalismo e a camaradagem;
- b) o espírito de sacrifício que exige renúncia e dedicação ao projeto popular;
- c) a capacidade de indignação diante das injustiças, da exploração e do sofrimento do povo;
- d) a valorização da vida do conjunto da natureza em vista da vida do ser humano;
- e) o gosto de ser povo e de ser povo trabalhador, classe trabalhadora;
- f) o sentido do trabalho voluntário em favor dos excluídos e em vista de uma nova sociedade;
- g) o valor do estudo para compreendermos os rumos da história em sua dimensão de projeto;
- h) a esperança que nos impede de aceitar o fim da história mergulhados no caos social e humano a que nos levou o capitalismo;

- i) a confiança na capacidade do povo em construir o seu destino e que rompe com o complexo de inferioridade que procuram imbuir;
- j) a coerência com os princípios organizativos do MST (lealdade a eles e capacidade de defendê-los) e com o movimento da história;
- k) o compromisso com os propósitos amadurecidos e assumidos coletivamente;
- l) a alegria das pequenas conquistas que vislumbram a possibilidade da vitória final;
- m) a ternura pela dignidade dos ser humano que permite superar o ódio; ...
- n) a fidelidade aos compromissos assumidos;
- o) a integridade;
- p) a persistência no cumprimento das tarefas e na manutenção do rumo;

7.7 - Mística

A mística é a alma de um povo. A mística do MST é a alma do sujeito coletivo Sem Terra que se revela como uma paixão contagiante, que nos ajuda a ‘sacudir a poeira e dar a volta por cima’, que nos coloca no caminho de aprender e estabelecer objetivos a serem alcançados, aprender a formular métodos para transformar a realidade e a empenhar-se na tarefa de realizar os rumos traçados. A mística é a alma da identidade Sem Terra.

A mística é mais do que um tempo, é uma energia que perpassa o cotidiano. Por isso precisamos dela presente no início de grandes atividades e resgatada em vários momentos do dia. Ela é a forma de já ir concretizando, no aqui e agora, a nossa utopia.

A mística se expressa através da poesia, do teatro, da expressão corporal, de palavras de ordem, da música, do canto, dos símbolos do MST, das ferramentas de trabalho, do resgate da memória das lutas e de grandes lutadores e lutadoras da humanidade... vira celebração e visa envolver todos os presentes em um mesmo movimento, a vivenciar um mesmos sentimento, a se sentir membros de uma identidade coletiva de lutadores e lutadoras do povo que vai além deles mesmos e vai além do MST.

Ela irriga, pela paixão, a razão, nos ajudando a ser mais humanos, dispostos a desafiar coletivamente os nossos limites; nos impulsiona a ir além do esperado, alimenta os valores e nos faz sentir que somos parte de uma grande família: somos Sem Terra.

Ela pode se manifestar em diferentes momentos do cotidiano, mas de forma mais forte em momentos especiais e datas significativas dos Sem Terra e dos trabalhadores e das trabalhadoras deste país e do mundo todo.

* Fragmentos do Texto “Método Pedagógico” do Coletivo Político Pedagógico (CPP) do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC)

** Fragmentos do texto “Métodos de Conhecimento e Transformação da Realidade” do Professor Maurílio Nogueira da Silva da UFJF